

ALTO DOURO VINHATEIRO. A PAISAGEM MODELADA PELO HOMEM

Dr^a. Paula Figueiredo

Classificado como Património Mundial pela UNESCO em 2001, a região do Alto Douro Vinhateiro, caracteriza-se por uma paisagem única, que urge preservar, evitando a sua lenta transformação. Constitui uma ampla região que tem como espinha dorsal o Rio Douro, dividindo-se em três sub-regiões, o Baixo Corgo, integrando os concelhos de Mesão Frio, Pêso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Armamar e Lamego, o Cima Corgo, que integra os concelhos de Alijó, São João da Pesqueira, Tabuaço e Vila Nova de Foz Côa, e o Douro Superior, já em pleno distrito de Bragança, integrando os concelhos de Carraceda de Ansiães e Torre de Moncorvo.

A região distingue-se das imediatas não pela topografia do terreno, pelos cursos de água ou pelo património artístico, mas pela modelação que o homem operou nela ao longo de vários séculos, visando a sua utilização agrícola e a melhoria da qualidade de vida.

O produto por excelência da região é o vinho (licoroso e de mesa), introduzido na Idade Média pelas comunidades cistercienses, como aconteceu, aliás, com outras zonas demarcadas de produção vitivinícola, nomeadamente a do Dão. A qualidade do produto duriense era já reconhecida na Europa no século XVI, surgindo a denominação “Vinho do Porto” num documento de 1675, onde se refere a sua exportação para a Holanda.

O reconhecimento da importância da exportação e a necessidade de regulamentação do produto ocorreriam no século XVIII, integrando as políticas económicas do período pombalino, com a demarcação da região, em Setembro de 1756, implantando-se, no terreno, 201 marcos graníticos, e a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, para arbitrar o conflito de interesses entre os mercadores ingleses e os produtores locais.

A Companhia teria um papel activo na modelação da paisagem, com a destruição das cachoeiras e a proibição de construções particulares no Rio Douro, o qual sofreu um alinhamento e uma regularização, que visava facilitar o escoamento do produto até ao Porto. O ponto mais alto desta modelação ocorreria em 1786, data em que se contratou o italiano José Maria Yola para demolir o Cachão da Valeira.

A paisagem duriense resulta, portanto, de uma modelação iniciada na Idade Média e que atingiria o seu apogeu nos séculos XVIII e XIX, destacando-se, nesta última centúria, a introdução do caminho-de-ferro, com as vias férreas e as pontes metálicas a pontuar toda a região.

A paisagem é constituída por povoações, com núcleos urbanos ou dispersos, e pelas unidades de produção, as quintas, formadas pela zona residencial,

normalmente implantada na cota mais elevada do terreno, junto aos lagares e armazéns vitivinícolas, espreado-se pelas encostas, as zonas de cultivo da vinha (conduzidas ao alto), bordejadas por pomares, oliveiras, situadas, maioritariamente nos mortórios (socalcos abandonados após a filoxera) e, em alguns casos, por pequenos bosques. Surgem ainda, a um ritmo veloz, as autoestradas que cortam a paisagem, onde, muitas vezes, são introduzidos muros de sustentação de betão.

A zona de cultivo da vinha sofreu uma profunda alteração consoante se introduziram inovações nas técnicas de cultivo sendo marcada, actualmente, por montanhas abruptas ou em suaves declives, aligeirados por socalcos, onde se estabeleciam os pés da vinha, destacando-se dois tipos: os mais antigos, denominados pré-filoxéricos, por serem utilizados até à praga de filoxera que invadiu e destruiu vinhedos a partir de 1863; após o restabelecimento da vinha, optou-se por socalcos mais largos, denominados pós-filoxéricos. Todos eles são sustentados por muros de xisto, em alvenaria insonsa, com acesso por vários tipos de escadas, elas também a marcar a paisagem, ao interromperem sucessivamente os muros, criando eixos perpendiculares aos socalcos. Actualmente, com a necessidade de mecanizar todo o processo de plantação, poda e de vindima, opta-se pelo terraceamento, com socalcos sem qualquer protecção e de maior largura.

No ponto mais alto, situa-se a casa, permitindo uma visão privilegiada do proprietário sobre a quinta. Esta, salvo algumas raras excepções, não tem grandes laivos artísticos, sendo eminentemente funcional, de planta simples, rectangular ou em L, de um ou dois pisos, marcados por corredores centrais, que ligam às várias dependências, despojadas de decoração elaborada. A zona mais cuidada, por excelência, é a capela, integrada no interior da habitação ou adossada ao corpo da mesma. Apresentam desde o esquema maneirista ou o estilo chão, de formas simplificadas, até às maiores originalidades barrocas, algumas delas com clara marca nasoniana, com profusa decoração de portais e de estruturas retabulares. Junto à casa, um jardim de recreio, geometrizado, à francesa, e pontuado por uma ou várias palmeiras, marca do poder de uma burguesia ascendente.

Junto à casa do proprietário, ocupada sazonalmente, normalmente na época das vindimas, surge a habitação do caseiro, os armazéns e as oficinas vinárias, também dispostas segundo um esquema escalonado, aproveitando a própria disposição do terreno e a acção da gravidade para ajudar no processo da vindima e na produção de vinho.

São estes elementos que estão a sofrer as alterações mais profundas, uma vez que todo o processo de fabricação e de amadurecimento do vinho se mecanizou. As oficinas vinárias tendem a aumentar de dimensões, suportando grandes cubas de alumínio, estas a serem substituídas a ritmo vertiginoso pelas de betão, muitas vezes colocadas no exterior dos edifícios, marcando e descaracterizando a paisagem.

:

Pelas quintas, surgiam outras edificações de apoio, como armazéns para recolha de alfaias, tanques de rega, sistemas hidráulicos de captação de águas, etc..

Os proprietários, autarcas e toda a população local, deparam-se, neste momento, com problemas de difícil resolução. Os primeiros necessitam de mecanizar todo o processo de produção, para se tornarem competitivos no mercado, mas, ao fazê-lo, alteram profundamente a paisagem que foi considerada única pela UNESCO.

Os autarcas necessitam de assumir compromissos de reabilitação urbana, de delinear estratégias para fixar a população em zonas que, claramente, sofrem uma contínua desertificação, algumas delas atingindo os maiores índices do país.

Urge, pois, encontrar uma solução, que poderá passar por apoios estatais ou comunitários, ou pelo recurso a outras formas de auto-sustentação, permitindo continuar as técnicas tradicionais de cultivo, com claro prejuízo monetário, compensado por actividades turísticas que permitam a rentabilização e a manutenção das quintas, bem como a fixação da população local, com a criação de novos postos de trabalho e a aposta na formação qualificada da mesma.

Uma solução de compromisso terá que ser encontrada e pensa-se que nela terá um papel fundamental a Unidade de Missão do Douro, criada no final de 2006, por diploma governamental, e que constituirá, certamente, o contributo do séc. XXI para a remodelação ou a estabilização desta paisagem classificada.

Este pequeno texto surge na sequência de um levantamento, levado a cabo pela DGEMN, no âmbito do Inventário do Património Arquitectónico, das quintas que integram o Alto Douro Vinhateiro, em protocolo com todos os que formaram a equipa que elaborou o dossier de candidatura a Património Mundial; o projecto foi coordenado pela Dr.^a Paula Noé, a quem agradeço as informações e o apoio prestado.

:

Bibliografia:

ALMEIDA, J. N., BIANCHI-DE-AGUIAR, F., MAGALHÃES, N., *Mecanização das vinhas de encosta: contribuição para o estudo da vinha ao alto*, Pêso da Régua, 1982.

BIANCHI-DE-AGUIAR, Fernando (Coor.), *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*, Porto, 2000

Contribuição para o inventário das potencialidades turísticas da área do Douro, 2 vols., (dactil.), Porto, Comissão de Planeamento da Região Norte, 1974.

FAUVRELLE, Natália, *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*, Porto, 1999

FONSECA, Álvaro Baltasar da, Práticas culturais nos vinhedos durienses antes e depois da invasão filóxera, in *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, Porto, 1940, pp. 31–63.

FONSECA, Álvaro, Baltasar Moreira da, O benefício e a sua distribuição na região vinhateira do Douro, Régua, 1949.

IDEM, As demarcações pombalinas no Douro vinhateiro, 3 vols., Porto, 1949 / 1951.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da, GALHANO, Amândio, PIMENTEL, Eduardo Serpa, ROSAS, José António Ramos-Pinto, *O Vinho do Porto: notas sobre a sua história, produção e tecnologia*, Porto, 1998.

LOPES, Teresa Silva, *Internacionalização e comercialização no vinho do Porto: 1945 - 1995*, Porto, 1998.

MOREIRA, Vital, *O governo de Baco: a organização institucional do vinho do Porto*, Porto, 1998.

PEREIRA, Gaspar Martins, A Região do Vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira, in *DOURO: Estudos & Documentos*, nº 1, 1996, pp. 177-194.

QUATERNAIRE, *Portugal, Estudo Estratégico para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols., Porto, 1996.

www.monumentos.pt, Julho 2006.